

Jarbas Passarinho

13 JUN 1995

A turbulenta votação da quebra do monopólio do petróleo, de que é detentora Petrobras, mas pertence ao Estado, faz-me recuar nos tempos. Jovem maior aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, tive acesso às conferências que, nos idos de 1954, se realizavam na Câmara dos Deputados, em sessão conjunta de Comissões Técnicas. Ainda não havia Comissão Parlamentar de Inquérito, a respeito. Depois de ler Juarez Távora e Horta Barbosa, ambos generais, e de refletir sobre os depoimentos de Plínio Cathedre (para mim decisivo) e do geólogo Pedro de Moura, um dos mais notáveis integrantes do Conselho Nacional de Petróleo, que andara plantando sondas pequenas no rio Moa, no Acre, defini-me pelo

monopólio. Pesou o argumento de Plínio: a empresa precisava ter o país como reserva de mercado, para compensar prejuízos em certas áreas, pelo êxito prospectivo em outras. Temia-se (como ainda hoje) a fase lotérica da pesquisa. Ademais, a exploração, até o consulado de Vargás, tinha sido aberta ao capital estrangeiro, que se desinteressou. Por quê? Certamente porque não lhe interessava aumentar a produção, que as Sete Irmãs já controlavam. Ali perto, na Venezuela, elas levavam 99% do óleo produzido das jazidas e deixavam, ao ditador Gomez, 1% de *royalty*, o bastante para manter a ditadura.

De 1954 para cá, a Petrobras cresceu, contrariou o principal argumento contra (cruzeiro não descobre petróleo; só dólar) e figura entre as maiores companhias do gênero. O que pretende o presidente Fernando Henrique não é, como na linguagem troglodita se sustenta,



“vender a soberania nacional”. Ao contrário, fortalecê-la, estimulando a competição e visando a alcançar, em curto prazo, a auto-suficiência em petróleo. A empresa gigantesca dispõe de *know-how* invejável, no mundo do petróleo. Tem um patrimônio fabuloso. E logo que esteja livre da manietação governamental, que a obriga a bancar o subsídio da nafta e o prejuízo do Proálcool, mostrará a sua pujança. Importante é que isso seja claramente definido na lei ordinária que virá, para regulamentar o dispositivo constitucional modificado. Confio em que sairá bem da prova.

A outra lembrança que me ocorre, estranho que pareça, é de um filme de há 40 anos, creio, estrelado por José Ferrer, no papel de um ditador sul-americano, sofrendo de tumor cerebral. Só um cirurgião americano, famoso, podia salvá-lo. A oposição fez de tudo para que o médico se recusasse a operar o ditador. Prevaleceu o juramento de Hi-

pócrates. Na convalescença, o médico censurou o cliente. Falou de democracia. Tinha horror às ditaduras. E ouviu o ditador lhe dizer:

“Estudei no seu país. Vi como funciona a democracia, fazendo valer, pacificamente, o pensamento da maioria. E vi o comportamento popular. Nos bondes, estava o aviso: “É proibido fumar nas três primeiras filas de assento”. Ninguém fumava. Sabe o que há aqui? O mesmo aviso, mas todo mundo desrespeita e ainda ofende o cobrador, se este insistir.”

Claro que não me enfileiro entre os que, como outrora o hoje ministro dos Esportes, diziam: “O povo ainda não sabe votar”. Prefiro o método da experiência/erro. Mas o

comportamento brutal e primário dos manifestantes, quebrando os vidros da Câmara e tentando fazê-lo nas galerias, prova bem quanto ainda temos de aprender para conviver com contrários. Impossível, sequer, pensar em manifestações verbais, no recinto dos Congressos europeus ou no americano. Não só. Na Índia, um líder do MDB em visita ao Parlamento, cruzou as pernas, na galeria. Foi advertido, por postura incompatível... O presidente Collor contou-me que, antes da posse, visitou a Câmara dos Comuns, em Londres. O diplomata que o acompanhava, ainda que em voz baixa, identificou os oradores do momento. A advertência do policial foi imediata. Se reincidente, convidaria a retirar-se.

No período autoritário dizia-se que o Congresso não merecia respeito, jugulado pelo Executivo que seria. E agora?

Jarbas Passarinho foi ministro de Estado, governador e senador